

Artigos na Imprensa sobre o Novo Plano de Estabilização Econômica

*Press articles on the new Plan
of Economic Stabilization*

DIVERSOS AUTORES

RESUMO: Publicamos, a seguir, uma seleção dos principais artigos publicados na imprensa brasileira, pela ordem de publicação, logo após a decretação do Novo Plano de Estabilização Econômica, em 12 de junho de 1987.

PALAVRAS-CHAVE: Inflação; estabilização.

ABSTRACT: This is a collection of press articles around the Bresser plan of stabilization.

KEYWORDS: Inflation; stabilization.

JEL Classification: E31; E52.

O NOVO PLANO DE CONGELAMENTO

*Equipe de Conjuntura do CEBRAP**

Ao longo dos últimos dois meses intensificou-se a deterioração do quadro econômico do país. O descontrole do processo inflacionário, que apontava no sentido da hiperinflação, a elevação acentuada do déficit operacional do setor público e a emergência da desaceleração do crescimento condicionara fortemente a adoção de um novo choque como alternativa de política econômica.

O novo plano econômico tem como objetivo básico conter aquela deterioração progressiva, através de um congelamento de preços com duração máxima de noventa dias; uma nova regra para os reajustes salariais, bem como algumas medidas visando reequilibrar as contas públicas e criar condições para o crescimento das exportações.

A defesa do plano pelas autoridades econômicas tem sido feita em dois níveis.

* A Equipe de Conjuntura do CEBRAP que fez esta avaliação é constituída por Lídia Goldenstein, Luiz Antônio Amarante, Maria Carolina Leme, Mônica Baer, Rui Affonso e Tomás Málaga. Esta avaliação foi publicada em *Análise de Conjuntura Econômica*, n 26, maio-junho de 1987, da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo.

Em primeiro lugar, através da comparação da situação anterior ao choque – perigo de hiperinflação e forte retração da atividade econômica – com a conjuntura pós-pacote. Com esta avaliação procura-se ponderar os sacrifícios que o novo plano possa impor, principalmente aos assalariados. Em segundo lugar, mediante o contraste entre as medidas adotadas e o Plano Cruzado original. Neste sentido, são destacadas: a maior flexibilidade do atual congelamento e sua duração menor e definida no tempo, o realinhamento de preços e tarifas públicas, o alinhamento do câmbio e, finalmente, o controle sobre a demanda agregada, tanto através da regra de reajuste dos salários quanto pela execução da política monetária e o patamar das taxas reais de juros.

Espera-se com as medidas adotadas reduzir drasticamente o patamar inflacionário, compensando a eventual desaceleração do crescimento com a expansão das exportações.

De forma menos explícita, as autoridades econômicas confiam que o novo plano econômico, adotado nos marcos da política do Fundo Monetário (à exceção do congelamento), favoreça um acordo com os credores internacionais.

A despeito da forma que adquiriu em sua apresentação ao grande público, o novo plano econômico objetiva basicamente o rompimento da espiral inflacionária através da contenção da demanda agregada. O congelamento de preços aparece como um elemento justaposto às demais medidas, sem a importância relativa que possuía no Plano Cruzado. São elucidativas a esse respeito as declarações das autoridades econômicas de que, desta vez, serão as forças de mercado que cumprirão o papel central na redução da inflação. Não se deve, entretanto, depreender disso que o congelamento não possui qualquer importância do ponto de vista econômico na estratégia adotada. De fato, quanto maior for o sucesso na contenção dos preços, devido à fiscalização formal e informal, maiores os graus de liberdade para a política de austeridade fiscal e monetária que se pretende implementar.

Aliada à quebra do elevado patamar da inflação, as medidas recentes visam a melhoria dos saldos comerciais do balanço de pagamentos, o que se daria tanto pelos estímulos cambiais vis à vis da redução dos custos salariais, quanto pela retração do mercado interno.

Como se pode observar, carecem de fundamento as identificações que se fazem (através de denominações Cruzado III, Novo Cruzado, etc.) entre o atual plano e o choque de fevereiro de 1986. Tanto a conjuntura econômica quanto a concepção macroeconômica que norteia as medidas adotadas possuem diferenças significativas. No primeiro caso, a política de controle da inflação adotada implicou uma expansão da demanda agregada em um contexto de uma economia em crescimento, o que terminou por engendrar novas pressões inflacionárias. No caso atual, procura-se, em um contexto de desaceleração econômica, conter a inflação através da contração de demanda agregada e manter o crescimento econômico mediante o redirecionamento da oferta para as exportações.

De um modo geral, deve-se destacar a importância do novo plano enquanto tentativa de debelar a espiral de preços que, ao apontar para a hiperinflação, ameaça

cava comprometer seriamente a estabilidade econômica com sequelas imponderáveis a nível político.

Neste sentido, o afastamento, ao menos temporário, do risco da hiperinflação e a definição de alguns parâmetros para a política econômica podem significar alguns graus de liberdade a mais para a ação de uma política capaz de conter a tendência disruptiva que vinha se avolumando.

Entretanto, a estratégia adotada pelo governo possui elementos que tendem a comprometer os objetivos pretendidos. Em primeiro lugar, a opção por uma terapia de cunho ortodoxo, além do seu elevado custo social, tem se revelado de duvidosa eficácia na redução da espiral inflacionária, como atesta a experiência recente do país (1981-1983).

Na avaliação do governo, o principal determinante do fracasso do Plano Cruzado foi o excesso de demanda motivado pela expansão dos salários. Entretanto, cabe recordar que o crescimento da demanda esteve também condicionado pela expressiva redução do imposto de renda na fonte trabalho e das prestações da casa própria, pela retirada de recursos da poupança, pela expansão do nível de emprego e, finalmente, pela manutenção da inflação em patamares relativamente baixos durante boa parte do ano.

A superestirnação do papel desempenhado pelos salários no aquecimento da demanda agregada pode implicar uma contenção despropositada dos mesmos este ano, principalmente se levarmos em conta que de dezembro de 1986 até abril de 1987 o salário real médio já havia decrescido 9,5% para os assalariados e 19% para os ocupados. Neste sentido, cabe observar a natureza extremamente diferente do conteúdo social e político do eventual “sucesso” ou “fracasso” do novo plano econômico. De fato, a redução do patamar inflacionário através da contenção da demanda agregada não é traduzível em apoio político (ao contrário do ocorrido no Plano Cruzado).

Em segundo lugar, a eventual aceitação do plano pelo FMI e a orientação da atividade produtiva visando ampliar os saldos comerciais são questionáveis enquanto estratégia de negociação da dívida externa se, como parece ser o caso, a possibilidade de obtenção de dinheiro novo no atual cenário internacional é extremamente improvável.

Em terceiro lugar, no momento em que toda a estratégia de política econômica se encontra direcionada para a administração da demanda agregada é preocupante a progressiva desmontagem do FND. Quando da sua criação, em junho de 1986, tinha-se como objetivo não somente a contenção do consumo de alguns bens e serviços selecionados, mas a constituição de uma importante fonte de receita comprometida com a ampliação da oferta do setor público. A protelação de investimentos estratégicos para a sustentação do crescimento econômico afeta não somente o nível de atividades corrente como também compromete as possibilidades de expansão futura de nossa economia.

Em quarto lugar, o novo plano econômico parece assentar-se num diagnóstico de que a inflação brasileira possui atualmente uma forte componente inercial. Neste sentido, as medidas adotadas, ao implicarem um mês de inflação por definição

baixa (julho) e contemplarem um período muito curto de congelamento, permitiriam à economia sair deste período com uma inflação inercial relativamente baixa (sustentada em grande parte pela contenção salarial). Contudo, como será detalhado no item 3 “Inflação” –, a componente inercial da inflação está longe de possuir a abrangência pressuposta no plano econômico. Além do que, as medidas adotadas acarretaram uma importante modificação na estrutura de preços relativos.

O sucesso do novo plano anti-inflacionário dependerá, portanto, da manutenção ou não da nova estrutura de preços relativos do setor público vis à vis dos preços do setor privado, assim como da contenção salarial. Em ambos os casos a determinação política deverá cumprir um papel central.

O PLANO BRESSER

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

O pacote do ministro Bresser-Pereira não está sendo lançado da forma como o professor Bresser-Pereira teria desejado. O ideal seria que houvesse tempo e condições para que fossem atingidos alguns pré-requisitos essenciais ao sucesso da estratégia.

Infelizmente o professor foi atropelado pelas vicissitudes do ministro. Os constantes rumores acerca de um novo congelamento e o rápido agravamento da situação econômica forçaram o governo a antecipar a adoção de outro plano de choque.

O ministro da Fazenda nunca descartou a hipótese de um “novo cruzado”. Apenas insistia na necessidade de que algumas condições estivessem presentes. Os preços relativos deveriam estar alinhados, os gastos públicos sob controle, a capacidade de poupança recuperada, e o balanço de pagamentos em relativo equilíbrio. Assim, o congelamento de preços obteria sucesso sem causar maiores distorções; mas por outro lado, nestas mesmas condições inexistiriam motivos por que a inflação tendesse a aumentar, e mesmo uma estratégia gradualista teria possibilidades de êxito, embora de forma menos espetacular.

As tentativas de preparar o terreno para a adoção de um congelamento foram frustradas sobretudo pela falta de apoio do PMDB e do presidente da República, que se mostraram incapazes de dar respaldo a uma efetiva política de austeridade. Pelo contrário, a onda de novos projetos de investimento detonada pelo próprio chefe da nação, bem como as exigências de apoio financeiro que os Estados, municípios e bancos oficiais vêm fazendo, acabaram por exacerbar as expectativas inflacionárias.

A moratória externa iniciou um processo que paulatinamente se estendia no âmbito interno. Moratórias parciais – pequenas e médias empresas, agricultores, não-pagamento de compromissos dos governos estaduais e federal – se alastravam rapidamente, prenunciando um grande calote interno. Como os agentes econômicos não eram capazes de vislumbrar uma estratégia econômica coerente, as pressões

inflacionárias aumentavam e a recessão se aprofundava. Não havia outra alternativa senão antecipar o congelamento.

O “novo cruzado” tem dois problemas fundamentais. O primeiro é a falta de um referencial para o congelamento que se pretende implementar. Não há clima para ser eficaz, principalmente a nível de pequeno varejo – embora possa funcionar nas relações interindustriais.

Vale lembrar, contudo, que o desaquecimento da demanda criará condições para que o congelamento possa ser minimamente respeitado. Ademais, sabe-se que o rígido controle dos preços de cerca de cem produtos básicos – produzidos por cerca de trezentas empresas públicas e privadas – será suficiente para derrubar a inflação; a publicação de tabelas de preços de uma cesta de bens de consumo também será importante passo para tornar o congelamento mais eficaz. Cabe aos empresários e aos trabalhadores adotar uma atitude racional – como disse o ministro – e não emocional, frente ao novo congelamento. É possível até que o espírito de fiscalização cresça rapidamente na população, ao contrário do paulatino descrédito em que caiu durante o Cruzado 1, quando todos esperavam do programa muito mais do que ele podia fazer.

O segundo problema se relaciona com a retirada do gatilho. Isto poderá ser interpretado como uma nova investida contra o assalariado: Daí poderão surgir novos problemas políticos. Em realidade, se o plano for implementado com sucesso – e não há por que imaginar que não tenha êxito caso a disposição de austeridade e disciplina nas finanças públicas seja obedecida com rigor – logo ficará evidente que o valor dos salários reais será mais elevado do que seria possível com a continuidade da inflação galopante vigente até agora. Os assalariados só terão perdas se a inflação sofrer novo processo de aceleração, uma vez que com as novas regras, os salários poderiam estar sendo corrigidos a taxas mais baixas do que a inflação corrente.

A nova regra salarial faz a reposição dos resíduos do gatilho em seis parcelas, provavelmente a partir de noventa dias. Mas não compensa as perdas que os assalariados terão até, e durante, a reposição do resíduo. Adernais, os trabalhadores são afetados por esta sistemática de forma excessivamente desigual – os resíduos variam de cerca de 3% a mais de 23% dentre as várias datas-base. Também não se sabe exatamente o impacto no poder aquisitivo do trabalhador das regras transitórias do Plano Bresser. O pagamento do gatilho de junho tenderá a aumentar os salários reais pois os preços estarão congelados durante os últimos quinze dias do mês; por outro lado o impacto dos ajustes corretivos de vários preços administrados (combustíveis, energia, aço, pão, trigo, leite, entre outros) tenderá a reduzir fortemente os salários reais.

Após esta fase transitória, o critério de reajuste salarial introduzido equivale à semestralidade nas correções. Nos três primeiros meses o salário real declina com a inflação – atingindo aproximadamente o salário médio num sistema semestral com inflação constante – para depois ser mantido neste patamar pelos reajustes mensais.

Não há como afirmar, *a priori*, o que ocorrerá com os salários reais. Tudo

dependerá da trajetória da inflação daqui para frente. Se a inflação continuasse avançando como vinha acontecendo, certamente o trabalhador sairá ganhando com o “novo cruzado” – basta que de julho a setembro a inflação acumulada fique abaixo de 20%; por outro lado, é preciso descontar as perdas iniciais do programa, bem como a tendência (declinante ou ascendente) de inflação nos meses vindouros.

O Plano Bresser tem sido comparado com o Plano Sayad e com o Cruzado 1. Há diferenças substanciais entre todos eles.

O Plano Sayad preconizava um cuidadoso período de preparação; o congelamento abrangia apenas os preços controlados pelo governo; as regras de saída do congelamento estabeleciam datas-base para cada setor de atividades. Mas a grande diferença é a forte recomposição salarial pré-congelamento que o Plano Sayad preconizava, pois os salários seriam reajustados pelos valores reais de março de 1986. A grande similaridade, por outro lado, está no sistema de reajustes salariais pós-congelamento, e nas diretrizes gerais de política econômica tais como independência do Banco Central, disciplina orçamentária, continuidade de indexação e realismo cambial.

A comparação com o Cruzado 1 revela discrepâncias ainda mais marcantes. Ele sofreu importantes erros de concepção, de diagnóstico e de implementação que, de modo geral, foram corrigidos no Plano Bresser. Os erros de concepção foram: a) acreditar que a inflação era puramente inercial, ignorando-se as fortes pressões de demanda que vinham crescendo aceleradamente desde meados de 1984; b) acreditar que o déficit público era predominantemente financeiro e que a queda da inflação o faria desaparecer; e) acreditar que o crescimento dos reais não é inflacionário.

Os erros de diagnóstico foram: a) acreditar numa “Lei de Say” invertida, ou seja, que o crescimento da demanda suscita imediato crescimento na oferta pela retomada dos investimentos; b) acreditar na inexistência de “ilusão monetária” e na manutenção dos saldos de poupança; c) acreditar que os agentes confiavam no congelamento e na inflação zero de forma a não antecipar consumo; d) acreditar que os preços relativos estavam equilibrados; e) acreditar que o excesso de consumo seria temporário.

Os erros de implementação foram: a) manter juros reais negativos; b) congelar o câmbio; c) remonetizar a economia com excessiva rapidez sem avaliar as condições da demanda por moeda; d) financiar novos déficits fiscais de forma inflacionária; e) manter rígido congelamento por prazo excessivamente longo, inclusive de preços e tarifas claramente defasados; f) não exercer controles de demanda.

O Plano Bresser corrige cada um desses defeitos do Cruzado 1. Também introduz componentes tradicionais de política anti-inflacionária. Reconhece que a inflação não é puramente inercial e que suas causas estruturais precisam ser eliminadas.

O “novo cruzado” tem ainda duas virtudes fundamentais. Primeiro, privilegia a disposição do governo em manter rígidos controles de seus orçamentos, possibilitando assim neutralizar as constantes pressões para aumento das despesas públicas. Segundo, caminha na direção de um banco central autônomo – responsável apenas pela condução da política monetária –, transferindo suas funções de fomen-

to e de administração da dívida pública para outros órgãos do Ministério da Fazenda mais apropriados para a execução destas tarefas.

Finalmente, a nova política econômica de Bresser-Pereira demonstra que se pretende superar o estrangulamento externo com o prosseguimento de uma política cambial realista. Impede, desta maneira, que a declaração da moratória se transforme em fator de deterioração das relações do Brasil com seus parceiros comerciais e financeiros do exterior.

O Plano Bresser é tecnicamente correto e tem possibilidades de dar certo. Não será, e nem se pretende que seja, uma panaceia. Será um sucesso se simplesmente conseguir trancar o processo inflacionário que ameaçava tornar-se incontrolável.

É importante ter em mente que a sistemática de correção salarial poderá facilmente transformar-se num forte fator de contração dos salários reais caso a inflação entre numa trajetória ascendente após o descongelamento. Neste caso, a recessão será inevitável.

Apesar das condições pouco apropriadas para seu lançamento, o programa precisa do apoio de todos. É importante que se veja nele uma alternativa viável principalmente se o governo efetivamente emitir os sinais corretos para os agentes econômicos. Como o plano surge parcialmente desacreditado – e tampouco oferece soluções ilusórias para combater a inflação –, será natural que passe a contar com sustentação cada vez maior da população e não com uma sequência de decepções como ocorrido com o Cruzado. A tendência é de crescimento do Plano Bresser, a não ser que o próprio governo ponha tudo a perder ao não cumprir o que já fora inúmeras vezes prometido no passado – disciplina.

(Folha de S. Paulo, 17.6.1987)

O PLANO BRESSER: PRIMEIRAS REAÇÕES

Dionísio Dias Carneiro

O ministro da Fazenda finalmente produziu seu esperado programa de estabilização, em torno do qual espera-se que se definam não só os rumos da política econômica nos próximos meses, mas também as bases para a renegociação dos compromissos relativos à dívida externa com os credores privados. Apesar das dificuldades políticas do presidente em meio às quais desenvolveu-se tal programa serem bem semelhantes às que prevaleceram à época do Cruzado, o ambiente econômico é bem diverso:

Em primeiro lugar, porque o governo está devendo uma decisão sobre os rumos da política econômica pelo menos desde dezembro, quando ficou claro o fracasso do Cruzado 2; em segundo lugar, porque a perspectiva de outro congelamento provocou o aumento de preços a partir do reajuste defensivo de margens de lucros, o que levou a uma inflação observada nos últimos meses maior do que seria justificado pela pressões de custos ou de demanda.

O compasso de espera em que entrou a economia nestes últimos seis meses,

com a explosão inflacionária e a desorganização do processo produtivo, só propiciou uma decisão governamental de encarar os custos de uma nova etapa de estabilização depois que a ameaça de uma onda de falências e inadimplências em todos os setores da economia adquiriu feição de calamidade pública. Incapaz de resistir às pressões políticas e ainda em busca de soluções mágicas, o governo Sarney parece estar descobrindo, infelizmente um pouco tarde, que governar é uma tarefa mais difícil do que a simples repetição de promessas e distribuição de benesses. A conta já é alta e é bom pensar em como pagá-la, pois as soluções não cairão do céu: choques heterodoxos não definem por si a forma de pagamento.

As comparações com o Plano Cruzado são inevitáveis, pois o país não conseguiu recuperar-se da ressaca. Infelizmente, de pouco adianta o esforço feito na apresentação do novo plano, para que a população revivesse a aura de otimismo que cercou o cruzado velho e convenientemente esquecesse a sucessão de equívocos com que o governo explodiu o programa e ameaçou, na esteira do fracasso de suas políticas econômicas, os esforços de ajuste das contas externas. Em consequência, as más lembranças parecem mais frescas do que as boas para influenciar o comportamento dos agentes. Para evitar o novo desastre, portanto, é imperativo que o governo se mostre disposto a enfrentar os problemas que tem diante de si antes de colher, precocemente, os frutos da diminuição da inflação como decorrência do congelamento.

O novo cruzado enfrenta três tipos de problemas: os de credibilidade econômica, os de legitimidade jurídica e os de aceitabilidade social.

Credibilidade – A credibilidade econômica não poderá ser obtida antes que o restante do programa macroeconômico seja divulgado, pois a legislação até agora publicada ainda não revela as linhas gerais de um programa econômico, que se consubstanciaria essencialmente em um conjunto de metas coerentes para o crescimento econômico para os próximos dois anos, para a inflação, para o tamanho e as formas projetadas de financiamento do déficit fiscal e para as principais contas do balanço de pagamentos. Tal programa deve partir de um diagnóstico que revele como o governo percebe as opções que tem diante de si e explique a escolha feita e suas consequências esperadas. Sem um programa, dificilmente o país poderá retomar a renegociação dos pagamentos externos. Sem um equacionamento razoável das contas externas a médio prazo, não se pode esperar a retomada dos investimentos privados.

Dentre os problemas de ordem jurídica, pelo menos dois deverão dar dor de cabeça aos mentores da política econômica nas próximas semanas: a questão das conversões dos pagamentos em cruzados contratados antes do choque sem que se tenha realizado uma reforma monetária; e a questão das correções salariais por contada inflação de junho, agora limitada pelo governo aos primeiros 15 dias. Quanto à primeira, é difícil imaginar que uma onda de mandados de segurança não ocorra nos próximos dias, dadas as quantias apreciáveis em jogo, principalmente nos contratos em mercados futuros. Quanto à segunda; que a confusão é grande é evidente pelas declarações do consultor-geral da República (e sua posterior retração) acerca do disparo do gatilho em julho e as do ministro Pazzianotto sobre o

fato de que nos primeiros 12 dias de junho “valia a legislação anterior, pois não pode haver vácuo jurídico”.

Finalmente, a questão mais complexa da aceitabilidade social. No caso presente, ela envolve a natureza das perdas salariais consequentes à forma como o gatilho foi retirado e à definição da política salarial pós-congelamento. Não só não houve preocupação mínima com o problema das perdas diferenciadas para as diversas categorias salariais, como o governo tem procurado argumentar que não haverá perdas envolvidas depois do congelamento. Estas, no entanto, serão inevitáveis no esquema proposto, dependendo da duração e da eficácia do congelamento e da taxa de inflação durante e após o descongelamento. Estimativas preliminares indicam que, se o congelamento durar três meses, por exemplo, logrando-se uma taxa de inflação mensal de 3% até setembro, a perda de salário real entre julho e dezembro será da ordem de 8,5%, no caso improvável de se obter uma taxa mensal de 3% na inflação nos três meses posteriores ao descongelamento; a perda sobe para 18,4%, caso a inflação mensal pule para 7%, e para quase 25%, caso, depois de descongelados, os preços subam cerca de 10% ao mês, o que está longe de ser um cenário de fracasso para a política anti-inflacionária, dada a experiência recente.

Diante deste quadro, o melhor a fazer seria considerar em aberto a questão da política de rendas pós-congelamento e elevar o Conselho Interministerial de Preços, devidamente composto por representantes dos trabalhadores e dos empresários, à condição de fórum com capacidade para apresentar ao país uma política coerente de preços e rendimentos, aproveitando a trégua propiciada pelo congelamento.

Alguma coisa precisava ser feita, e rapidamente. Para que dê certo, e nenhum brasileiro pode desejar o contrário, o governo precisa, urgentemente, enfrentar estas questões, sem o que perder-se-á em shows lamentáveis de esgrima verbal que em nada contribuirão para permitir o retorno à normalidade nos negócios e nas relações econômicas na sociedade brasileira.

(Jornal do Brasil, 17.6.1987)

O PLANO BRESSER

Ignácio M. Rangel

Quero começar este artigo por um breve comentário a um *suelto* da imprensa, no turbilhão de notícias sobre o Novo Plano Cruzado – ou Plano do Cruzado Novo. Refiro-me ao telefonema do presidente ao seu ex-ministro do Planejamento, João Sayad, lamentando que este não estivesse com ele e Bresser, no ato do lançamento das novas medidas.

“Das almas grandes a nobreza é esta”, como costumava dizer minha mãe para aplaudir as raras ações, minhas ou de meus irmãos, que ela, depois de filtrá-las pelo seu severo julgamento, houvesse classificado como “boas ações”. Solidarizo-me com vosmecê, presidente. Meu amigo Sayad trabalhou duro.

Voltando à vaca fria, isto é, ao Plano Bresser, não deve ser segredo para nin-

guém que nos conheça que, se não fosse para ajudá-lo, a Bresser-Pereira, o mínimo que me caberia fazer seria calar-me. Mas não é hora de calar.

Tampouco é hora de concentrar-me no estudo dos aspectos positivos do Plano – que os há –mas que podem ser ressaltados sem minha interveniência. Como fiz por ocasião do Plano Cruzado 1, aqui estou para cobrar medidas complementares, porque este *mare ignotum* de moeda estável, ou quase, está pejado de perigos – supondo que tal resultado seja novamente alcançado. E, também, no suposto de que, com o sacrifício dos grandes projetos públicos, o monumental déficit público seja trazido a níveis mais palatáveis.

Se o Estado investe menos, mister se tornará que o setor privado invista mais, porque investimento é mister que haja. Sem isso será o desemprego do trabalho e do capital, isto é, a recessão. A economia está pejada de capacidade ociosa, não havendo sequer alcançado o nível da produção industrial por habitante de 1980. Se o Estado renúncia aos projetos, como a indispensável ferrovia Norte-Sul, o que somente se justifica à vista do fato de que esses projetos estavam concebidos como obras a serem financiadas pelo governo, mister se torna reformulá-los, de modo que a iniciativa privada tome interesse por eles.

Ora, essa reformulação não é tarefa de somenos, porque deverá passar por mudanças institucionais maiúsculas, que não podem, como inúmeras das coisas que estão ocupando nosso Congresso constituinte, ser deixadas, sem maior prejuízo, para o Terceiro Milênio.

Por outras palavras, o sacrifício dos grandes projetos governamentais justifica-se à vista de sua incompatibilidade com as finanças do Estado, não com os recursos da economia nacional. E seria ledo engano supor que os recursos sobrantes no seio da economia podem ser transferidos para o Estado, pela via do imposto ou do crédito. Isso implicaria, muito propriamente, supor inexistente o problema que queremos resolver. Essa crise atual reflete, precisamente, o fato de que a tributação entrou naquela faixa em que, sobrecarregando-se os impostos, a receita fiscal declina, em vez de aumentar; e isso num momento em que os papéis do Estado encontram crescente resistência do mercado, com o resultado de que a taxa de juros se eleva e o rolamento da dívida se torna cada vez mais oneroso.

Nessas condições, nem o fisco nem a ciranda financeira nos podem mais valer. Nem podem valer ao poupador privado, que não tem possibilidade de remeter para o estrangeiro – ou adquirir aqui espécies estrangeiras – senão numa fração de suas sobras de caixa. Estas, na crescente parcela expressa em espécie nacional, acaba por desinteressar ao empresário, o qual passará a usar apenas uma fração de sua capacidade produtiva. Ora, tal como vimos observando já há decênios, isso implica o paradoxo de uma queda da atividade, com concomitante elevação da taxa de inflação.

Para tais apertos, a privatização dos serviços de utilidade pública emerge não como uma alternativa, mas como a única saída. E, para isso, a revisão do direito que rege a concessão dos serviços públicos é imperativa. Esse problema deve ser abordado com audácia. Foi precisamente isso o que faltou no projeto da Norte-Sul e congêneres.

(Folha de S. Paulo, 18.6.1987)

Numa de suas tiradas geniais, Marx observa que a história se repete, “da primeira vez como tragédia, da segunda como farsa”. É o que acabou de ocorrer com o Plano Cruzado. A sua segunda edição, o “novo Cruzado” é, em quase tudo, o oposto do original. Este teve lugar num momento em que a economia estava em plena expansão, impulsionada pela “reposição salarial”. A sua grande façanha foi deter uma inflação muito alta, quase sem interromper o rumo ascensional da economia. Durante cerca de um semestre, o povo gozou as delícias do aumento de emprego e de salários, com inflação em grande parte contida.

Agora, além da inflação ser muito maior, a economia afunda em recessão, os salários (mesmo com “gatilhos”) perdem poder aquisitivo há seis meses, todo mês, o desemprego começa a crescer de forma assustadora, o mesmo se dando com a quebra de pequenas empresas. Nesta situação, o “novo Cruzado” é baixado, com um figurino nitidamente “ortodoxo”: o congelamento é decretado juntamente com impressionante série de altas de preços e tarifas, nova desvalorização cambial, corte do subsídio do trigo, suspensão de investimentos públicos e, para coroar, eliminação do “gatilho”, com “arrocho” salarial explícito no que se refere à inflação inteira de junho, tanto à “inercial” até a data do congelamento, como a “corretiva”, decretada no mesmo dia. A este “arrocho” se soma o decorrente da inflação “residual”, que tiver lugar durante a fase do congelamento.

Que os assalariados vão ser prejudicados, ao menos durante os próximos três meses, é conclusão quase unânime de todos os analistas. O que acontecerá depois, depende inteiramente dos efeitos do congelamento. É verdade que os salários continuariam sendo sangrados se a inflação prosseguisse na corrida desabalada em que estava. Mas, isso não justifica o fato de que, ao se tentar deter a inflação, os trabalhadores continuem sendo empobrecidos como se ela fosse continuar. A lógica do “novo Cruzado” no entanto é essa. Ela se baseia no diagnóstico de que o Cruzado original fracassou porque foi excessivamente “generoso” com os assalariados, o que teria dado lugar ao excesso de consumo. A inflação voltou porque ela seria o único meio da economia “corrigir” os salários excessivos e ela teria que superar os 20% mensais para neutralizar o efeito dos “gatilhos”.

Este diagnóstico de modo algum encontra apoio nos fatos. O excesso de consumo se manifestou desde o início do Cruzado original, antes que os salários reais subissem, o que aconteceu paulatinamente, como efeito da expansão do emprego. O consumo disparou em grande medida por efeito da queda do rendimento nominal da poupança e, mais tarde, como reação defensiva dos consumidores face à crescente falta de produtos no comércio. A alta dos salários reais, além disso, não foi tão grande. Em outubro de 1986, quando o salário real médio atingiu seu valor mais alto, ele era 18,1% maior do que em fevereiro, mas apenas 6,2% maior do que um ano antes, na Grande São Paulo (pesquisa, Seade/Dieese 28, quadro 8). É que o aumento da inflação entre outubro de 1985 e fevereiro de 1986 reduziu o salário

real médio de 10%. O mesmo voltou a se dar um ano depois: entre outubro de 1986 e fevereiro de 1987, o salário real médio, na Grande São Paulo, caiu 18,8% (mesma fonte).

Cumpra-se notar que o diagnóstico de que o fracasso do Cruzado original foi causado pelo aumento excessivo dos salários era a bandeira dos economistas de direita, que sempre sustentaram que o choque heterodoxo, para ter êxito, teria que ser seguido por uma política ortodoxa, ou seja, de contenção da demanda via redução do gasto público, aperto monetário e “arrocho” salarial. Tal política lançaria a economia na recessão, a qual seria condição indispensável para domar a inflação. Esta interpretação foi sendo aceita pela própria equipe do Cruzado original, que tentou reduzir a demanda mediante a saraivada de aumentos decretada pelo Cruzado 2, sem que estes fossem incorporados ao indexador de salários. A tentativa despertou tal indignação popular que o governo recuou, revogando a substituição do INPC pelo chamado Índice da Cesta Básica.

Agora, com o salário real já profundamente sangrado pela inflação desenfreada, o governo volta à carga com o novo choque, o qual, em contraste com o primeiro – deve ser chamado de ortodoxo. Sua filosofia é que o congelamento dos preços tornar-se-á efetivo não pela fiscalização dos consumidores, mas pela incapacidade destes de pagar preços maiores. A condição do seu êxito é a redução da demanda pela queda dos salários reais, pela diminuição do gasto público e por juros não só positivos, mas muito altos.

É notável o contraste entre o tratamento dispensado ao capital e ao trabalho. O capital colocado a juros se beneficia com taxas nominais, os quais – se o congelamento for efetivo – são colossais. É possível que, quando a queda da inflação for apurada, a taxa de juros venha a ser reduzida pelo Banco Central, mas até lá os detentores de riqueza financeira terão todas as garantias de que não sofrerão qualquer prejuízo. Os trabalhadores, no entanto, estão impedidos de se beneficiar da eventual queda da inflação. O poder aquisitivo de seus salários continuará em queda, ao menos até o fim do período de congelamento. Depois receberão uma reposição parcial de suas perdas (excluída a inflação de junho), em seis suaves prestações mensais. A qual poderá ser anulada se, no período de “flexibilização” de preços, a inflação voltar a subir, o que é provável.

Para os assalariados, a única esperança que o “novo Cruzado” oferece é que, após a inflação “corretiva”, o congelamento de fato reduza a inflação a um nível próximo de zero. Se isso ocorrer, os salários – depois das perdas de junho – se estabilizarão, ou seja, deixarão de perder poder aquisitivo. E se depois a inflação se mantiver baixa, os assalariados recuperarão bem devagar uma parte do que perderam, entre outubro de 1986 e junho de 1987. A depender da política salarial baixada com o “novo Cruzado”, esta recuperação é suficientemente diluída para não “aquecer” a demanda e, portanto, a economia será mantida em recessão.

Este cenário “rôseo” depende do êxito do congelamento, que está longe de estar garantido. Se os aumentos de custos de produção, causada pela inflação “corretiva”, forem repassados aos preços, por parcela expressiva das empresas, o congelamento será abalado e nada deterá a generalização do procedimento. Neste

caso, a inflação continuará forte (ainda que menor do que no 2º. trimestre deste ano) e o congelamento dos salários ficará insuportável. Então, o governo encerrará o congelamento, à espera que a inflação se acelere novamente para em seguida aplicar novo choque. É um procedimento que sempre pode ser repetido, pelo menos enquanto os trabalhadores não tiverem força para se opor efetivamente a políticas que atentam contra o seu padrão de vida.

(Folha de S. Paulo, 19.6.1987)

MEIOS E FINS NO NOVO CHOQUE ECONÔMICO

Luiz A. de Oliveira Lima

Se alguém tivesse algum receio sobre a intenção de o ministro Bresser-Pereira recorrer de maneira subserviente ao FMI ou a políticas econômicas recessivas como meios de estabilizar a nossa economia, certamente terá dissipado, em princípio, tal receio, se assistiu a um recente programa de televisão, em que o ministro debateu sua estratégia econômica com jornalistas e economistas.

Bresser-Pereira foi muito claro ao afirmar que não aceitará tutela externa de qualquer espécie, bem como jamais realizará uma política de redução do gasto público que possa conduzir a um processo recessivo. Para ele a variável a ser privilegiada é uma taxa de crescimento econômico compatível com a capacidade produtiva e os recursos financeiros atuais da economia brasileira, sendo que o controle do déficit público será realizado apenas até o ponto em que não contrarie aquele objetivo. Além disso, foi categórico ao afirmar que detém instrumentos de política fiscal, monetária e mesmo salarial capazes de reverter um eventual processo recessivo.

Apesar de tal profissão de fé ser animadora, Bresser-Pereira não conseguiu, no entanto, demonstrar que existe uma adequação entre as medidas instrumentais de política econômica que foram anunciadas e os objetivos propostos. E tal inadequação diz respeito basicamente a política salarial proposta, que juntamente com uma política realista de juros e câmbio constitui-se em uma das colunas mestras de seu plano.

Obviamente, em um debate como o realizado é difícil para quem quer que seja convencer seu oponente de suas razões, principalmente se o tema envolve alguns aspectos técnicos e mesmo emocionais como costuma acontecer com a discussão sobre política salarial. Assim é que vale a pena considerar alguns aspectos de tal debate. Em princípio o ministro defendeu firmemente a posição de que o gatilho foi incapaz de compensar as altas taxas inflacionárias ocorridas de janeiro até agora, levando a uma deterioração sensível do salário real (aproximadamente 30%), e que a manutenção de tal instrumento levaria a uma deterioração ainda maior do poder aquisitivo dos salários, mantidas as atuais taxas inflacionárias. Em contraposição, segundo ele, o arranjo salarial agora proposto, apenas com uma

hipótese muito pessimista poderia conduzir a uma situação salarial pior do que com a vigência do gatilho, podendo mesmo no caso de se controlar a inflação a taxas razoáveis conseguir-se um ganho salarial.

Ocorre, no entanto, que se considerarmos diferentes simulações a respeito do comportamento futuro dos salários, realizados por economistas de alguma forma ligados ao atual ministro, vamos verificar que há muita incerteza a respeito de tal comportamento. Um desses trabalhos estima que se o Plano Bresser tiver bastante sucesso, diminuindo a taxa inflacionária para algo em torno de 5% nos próximos doze meses haverá ganhos moderados para o trabalhador. O mesmo estudo considera que se a inflação permanecer em torno de 3% nos meses de congelamento, haverá um ganho de salário de cerca de 5% em relação aos níveis atuais de salários, porém, se a inflação evoluir para uma taxa de 10% a partir do próximo ano, haverá uma redução salarial de 2% em relação aos níveis de janeiro. Outros estudos, mais pessimistas, no entanto tão respeitáveis como aqueles, consideram que uma inflação em torno de 4%, apenas consolidará as perdas já ocorridas e que qualquer inflação acima desse nível só irá piorar o quadro salarial.

Ora, apenas para efeito de argumentação, vamos admitir que se realize a alternativa mais otimista e que o trabalhador tenha um ganho em torno de 7% a 8% em relação ao salário de junho de acordo com a simulação mencionada. Assim, no melhor das hipóteses, tal elevação teria se dado, no entanto, em relação à uma base muito reduzida: o salário médio atual está em torno de 30% abaixo daquela que nos foi entregue pela “Velha República”, ao passo que o salário prometido pelo Plano Bresser, estaria nos próximos doze meses em torno de 22% abaixo do salário vigente no último ano do regime militar.

Sem dúvida, em tais bases, esta pode ser uma estratégia de combate à inflação, porém uma estratégia que estará sendo suportada integralmente pelos assalariados, principalmente se considerarmos que as altas taxas inflacionárias dos últimos meses decorreram em grande parte de uma elevação especulativa dos preços, e não por pressão de demanda, como adequadamente reconheceu o próprio ministro durante o debate.

Outro ponto importante considerado por Bresser-Pereira é que da geração de um certo superávit comercial dependerá a possibilidade de negociarmos sem atropelo e com soberania com nossos credores. Porém a obtenção de um superávit de US\$ 7 bilhões a US\$ 8 bilhões não é incompatível com uma elevação dos salários. Tal incompatibilidade só ocorrerá se nossa intenção for a de pagar integralmente nossos credores. Neste caso necessitaremos de superávits crescentes e estaremos seguindo “*pari-passo*” as normas do FMI. Tanto isto é verdade, que até outubro do ano passado o resultado de nossas exportações foi excelente com consumo interno crescente. A queda se deu em novembro e dezembro, quando a elevação dos impostos e da taxa de juros tornou-se incompatível com uma taxa de câmbio congelada. Assim, como lembrou Dércio Munhoz, os dados oficiais mostram que os trabalhadores não comeram o que se pretendia exportar.

Desta maneira tudo indica que há suficiente tempo e margem de manobra para a revisão da atual estratégia salarial e para uma compatibilização entre os

meios e os fins propostos. A sistemática proposta atualmente, além de poder precipitar a economia em uma recessão, mais uma vez jogará em cima dos assalariados o ônus do combate a uma inflação que não foi causada por eles, o que sem dúvida é incoerente com as condições de uma sociedade democrática na qual impera um mínimo de justiça social.

(Folha de S. Paulo, 24.6.1987)

ESTAÇÃO BRESSER – LARGO ARROCHO

Francisco de Oliveira

A voz anunciou, quase como de hábito: “Estação Bresser. Esta viagem terminará na próxima estação, Largo Arrocho, onde os passageiros desembarcarão. O comboio não chegará à estação Mudanças Esperançosas, como previsto”.

Ticket comprado para uma viagem até a estação Mudanças Esperançosas, os passageiros preparam-se para descer no Largo Arrocho. Nem a diferença do bilhete foi devolvida, pois não seria Largo Arrocho. Os passageiros embarcaram numa estação que à época chamou-se Diretas-já, e constrangidos já haviam aceito passar pela estação Colégio Eleitoral, que não estava no programa. Hoje, a antiga Diretas-já é conhecida como estação Tancredo e a Colégio Eleitoral foi rebatizada com o nome de Sirney, que o populacho pronuncia Sarney.

Última obra do metrô, a estação “Fim” é também conhecida como FMI, numa inversão que talvez revele a teimosia da população em não querer chegar ao Fundo do Fim.

* * *

O Cruzado foi aperfeiçoado, porque nunca morreu, como diz o presidente. Mas a emenda é pior que o soneto, em Presidência de poeta. Se o Cruzado original se notabilizou pelo lance populista, este plano com nome de estação passará à história pelo arrojado de sua urdidura maquiavelicamente pensada e executada. Antes, peremptórias declarações de congelamento, choque heterodoxo, desvalorização cambial, ao que as chamadas “classes produtoras” prontamente entenderam o recado: aumentem os preços, o avião vai decolar. Era o que o eufemismo hoje comum entre os economistas, que estão ganhando a taça nacional do cinismo, chamam de inflação preventiva ou ajuste preventivo de preços.

Seguiram-se outras, também peremptórias, declarações de que “não há condições para choque pois os preços relativos estão muito desalinhados e não há credibilidade para novos choques”. Até o ponto de que, segundo noticiaram os jornais, o ministro da Fazenda “liberou” ou “autorizou” o Palácio do Planalto a desmentir firmemente os rumores de um novo choque: quem é o presidente?

A linguagem que está sendo utilizada para tratar de fatos tão relevantes, que decidem sobre a vida de milhões de pessoas, revela a concepção que os modernos tecnoburocratas – não é, professor Bresser? – têm da sociedade: entre psiquiatria

dos choques, numa sociedade de pacientes, e uma malta de negros, sem direitos. Leia-se: trabalhadores em geral, inclusive amplos setores médios, pois os empresários e os militares sempre são consultados, cidadãos de primeira classe. No ano que precede o centenário da abolição da escravatura, percebe-se que aquela concepção sobre a sociedade permanece escravagista, pré-abolicionista, mais para Oliveira Viana que para Joaquim Nabuco. Trata-se de uma “negrada”, ou uma “tigrada”, como ironicamente nosso Cláudio Abramo sublinha para marcar o desprezo que não é dele, mas das classes dominantes e de amplas parcelas dos ilustrados do país.

Às vésperas do plano-estação, novos aumentos foram concedidos em importantes itens do consumo. Logo depois, o plano estabeleceu suas regras perversas: congelamento, no caso um simples disfarce para anular o gatilho salarial. O professor Bresser se esforça, tatibitate, manejando seu grafiquinho, para asseverar que não haverá perdas salariais. O truque consiste em utilizar a hiperinflação como terror, e de oferecer uma inflação controlada como mal menor. De novo, pois, o desprezo pelos setores da sociedade que apenas aparecem como estorvo à condução de uma economia dinâmica. Parece a velha piada atribuída a São Pedro: se no Brasil não ocorrem terremotos, maremotos, cataclismas, em compensação, vai ver o “povinho” que Deus colocou lá

O plano do professor Bresser vai dar certo. É a fórmula clássica em sociedades subdesenvolvidas, principalmente naquelas em que há a desconsideração pelos direitos e pela qualidade política das classes sociais dominadas. Arrocho e recessão, para então reorganizar a economia. A galeria dos antecessores do professor Bresser, cujos retratos na parede incluem Campos, Bulhões, Simonsen e Delfim, mostra que essa terapia dá certo, como a dos psiquiatras useiros e vezeiros nos choques, pouco importando os resultados sobre a personalidade dos seus pacientes. Já a reanimação das exportações mostra que esse tipo de política econômica dá certo, como deu certo a formulinha matematicamente elegante do Simonsen pós-golpe: correção dos salários com base na média do período anterior mais o resíduo de uma inflação projetada sempre para menor. Delfim mesmo inventou o reajuste semestral, quando a inflação já estourava a barreira dos 200%.

Embora a elegância simonseneana seja discutível, pois em aparições na TV ela está mais para Jânio, do ponto de vista dos interesses dominantes pouco importa a elegância, para uma burguesia “casca grossa” como a brasileira e seus aliados internacionais. Na falsificação dos indicadores inflacionários, também há precedentes. É Delfim mesmo que obrigou a FGV a falsificar os levantamentos de preços em 1973. Agora o professor Bresser obriga o IBGE a fazer o mesmo: contabilizar os aumentos no cálculo de junho, para que julho apareça como o mês de sua vitória, derrota do povo. Com a consequência de que mesmo a correção prometida para o pós-congelamento já estará irremediavelmente viciada, a menos que a sociedade e seus segmentos mais explorados deem um basta nessa brincadeira de antigos teóricos da oposição, fascinados hoje pelos cálculos neoclássicos e sobretudo pelo poder.

Nem se pede que não haja controle dos salários, já que dos preços seria pedir muito; nem se pede que a sociedade enfrente de cara uma impossível recessão, já

que os movimentos cíclicos a que a economia brasileira está sujeita independem, parcialmente, do controle nacional. Nem se pede mesmo que não se faça acordo sobre a dívida externa. O que se pediria, e o condicional aqui é apenas hipotético, é que a sociedade seja capaz de controlar mesmo os processos mais duros, e que a crise sirva de elemento catalizador para recuperar o controle político das crises. E que sirva para ajudar a mudar o modelo de crescimento; quanto a isto, não vale dizer que o plano tem como único objetivo combater a inflação e não é um plano de redistribuição da renda. Esse argumento, manejado pelo principal assessor do ministro da Fazenda, é cínico, pois o plano é também um plano de distribuição de rendas, lucros e salários. E em sendo assim perpetua – até que chegue o *dies irae* – a mesma perversidade dinâmica da economia brasileira em seu enquadramento atual.

O que se pediria é que a crise servisse como elevação dos níveis da consciência política, como afirmação de que crises, recessão, assim como volta do crescimento, não são do destino, mas da competência dos homens, dos grupos e das classes sociais. Nesta tentativa da sociedade em livrar-se de um recente passado autoritário, planos Estação como Cruzados desservem à causa da construção da democracia. Vale lembrar que feitos “milagrosos” são apanágio de regimes ditatoriais e autoritários; não se conhece das democracias outros milagres que não o de permanecem democráticos.

É bem antiga, é bíblica, a troca da primogenitura por um prato de lentilhas. A troca da dignidade pelo oportunismo faz ministros, mas não faz democracia. No ano que precede à comemoração do centenário da Abolição da Escravatura, vale lembrar que a memória social sabe quem assinou a Lei Áurea: quem sabe como se chamava o presidente do Conselho?

(Folha de S. Paulo, 28.6.1987)

O FRACASSO DO SUCESSO

Luís Paulo Rosemberg

Nas primeiras aulas de avaliação de projetos, ensina-se ao aluno de economia como proceder para determinar se uma ação governamental é desejável ou não. Ele é então alertado para jamais cometer um erro primário de avaliação: decidir se um projeto é viável através da comparação de bem-estar da sociedade antes dele ser implementado com a situação que prevaleceria após a sua execução. A razão do alerta é evidente, pois suponhamos que, após a realização do projeto, o bem-estar da sociedade seja 20% pior do que anteriormente. Mesmo assim, o projeto deveria ser considerado viável se pudermos concluir que, sem sua execução, a sociedade estaria, digamos, 40% pior. Donde, a recomendação lógica: um projeto deve ser considerado viável se a sociedade alcançar um nível de bem-estar maior com a realização do projeto do que sem a sua realização.

Esta simples lição deve ser recordada para que não se traia a lógica, no futuro, ao serem avaliados os resultados do plano Bresser.

De fato, ao fazer as pazes com a Teoria Econômica, o plano Bresser repõe a política governamental numa trajetória de bom senso e lucidez. Suas diferenças com o malsinado Plano Cruzado são patentes, como veremos a seguir:

1) O plano Bresser, ao atacar o déficit público, enfrenta não só o componente inercial, mas também a estrutural do processo inflacionário brasileiro, ao contrário do Plano Cruzado, que interpretava a inflação como resultante meramente da alta de preços do passado.

2) O plano Bresser percebe que o programa de combate à inflação deve ser no primeiro momento neutro, em relação à distribuição de renda. O Plano Cruzado, ao tentar conquistar suporte político através de aumentos salariais, promoveu uma efêmera distribuição de renda e semeou sua própria inviabilização a curto prazo.

3) O plano Bresser reconhece que a eliminação da componente inercial da inflação requer apenas que se apague a memória inflacionária, através da descontinuidade imposta no mês de junho, dispensando a eliminação generalizada do sistema de indexação.

4) O plano Bresser mobiliza a administração da taxa de juros como o fator decisivo para amestrar a economia brasileira à nova realidade inflacionária. O Plano Cruzado, já no início, sucumbiu à pressão política de praticar taxas de juros reais negativas, aprofundando assim o fosso que o separava do sucesso.

5) O plano Bresser é implantado num cenário de desaquecimento econômico, com capacidade ociosa na indústria e sem pressões no mercado de trabalho, ao contrário do Plano Cruzado, cuja ação transcorreu num período muito próximo à plena capacidade e, portanto, pré-inflacionário.

6) O plano Bresser, ao adotar uma maxidesvalorização cambial, cria um importante espaço de manobra na administração das contas externas e define-se pela prioridade dos saldos comerciais significativos, algo julgado secundário (ou mesmo indesejável) pelo Plano Cruzado.

7) No plano Bresser, o congelamento de preços, além de ter data limite de vigência, é peça acessória, destinada a complementar, a nível das expectativas, as medidas anti-inflacionárias adotadas. No Plano Cruzado, o congelamento era a própria essência do programa.

Todas estas medidas revelam, no plano Bresser, um compromisso com a realidade que faltou ao Plano Cruzado. Sob a iniciativa ousada do presidente Sarney e com o amadurecido apoio político do PMDB, podemos, então, concluir que o plano Bresser caminha para o sucesso absoluto?

Certamente, não. Além do risco de o plano ser desviado de sua concepção inicial pelo imediatismo das pressões políticas, há ainda contradições irremovíveis. A administração da taxa de juros, por exemplo. Para uma inflação de quase 30% em junho, os 18% de remuneração na caderneta de poupança podem ser insuficientes para deter uma evasão de depósitos para consumo mas, obviamente, excessivos para uma empresa devedora, cujos preços estejam congelados. Como prosseguir nos próximos meses? Por outro lado, a pressão sobre os custos, imposta ao aparelho produtivo pelos reajustes de aço, derivados de petróleo, energia elétrica e

maxidesvalorização não são absorvíveis às taxas mensais de inflação de 2% ou 4%. Em poucos meses, estaremos de volta aos 10%.

Ademais, a recessão do plano Bresser, ao permitir quedas de juros nominais e salários reais, será menos dolorosa do que a que teríamos sem o plano. Mas, ainda será uma recessão.

Ora, se a inflação vai se acelerar ao longo do plano Bresser e se a percepção do processo recessivo vai se tornar mais clara a cada dia que passar, o plano Bresser será um fracasso?

Não, e aqui devemos recuperar a lição já mencionada da avaliação de projetos. O Brasil do plano Bresser, se comparado à situação anterior a junho de 1986, será certamente pior. Entretanto, o Brasil do plano Bresser será muito melhor do que seria sem ele, pois as violências à lógica econômica perpetradas durante o Plano Cruzado estavam conduzindo o país à hiperinflação, perdas salariais inéditas, falências e concordatas inumeráveis e aniquilação de nossa capacidade de gerar saldos comerciais.

Seria injusto se o plano Bresser viesse a ser condenado, no futuro, por não ter extirpado nem a recessão nem a inflação crescente, apesar de ter exorcizado os principais demônios produzidos pelo Plano Cruzado. Tal veredicto estaria, na verdade, decretando o fracasso do sucesso.

(Folha de S. Paulo, 30.6.1987)

PARA SIMONSEN, NOVO CHOQUE EVITA “DEPRESSÃO CATASTRÓFICA”

Armando Ourique

O sucesso do plano Bresser será conseguir inflação de 5% em setembro, outubro e novembro, que são os três meses seguintes ao período de congelamento de preços, disse em entrevista à *Folha*, nesta sexta-feira, o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) e membro do conselho de Administração do Citicorp, Mário Henrique Simonsen, 52.

Apesar da recessão (crescimento negativo do produto e do emprego), que vem aprofundando-se há alguns meses, o Banco Central, na opinião de Simonsen, precisa praticar até setembro taxas reais elevadas de juros, para a demanda continuar contida, dificultando aumentos de preços depois do congelamento. Essa terapia significa algum sacrifício para as empresas e a população, mas representa a única possibilidade de colocar a economia de volta nos trilhos após a desorganização de todo o aparato produtivo do país, provocado pela administração econômica onírica do Plano Cruzado. Retroceder da austeridade, agora, afirma, diante do descontentamento popular, seria levar a economia a uma depressão (estado de profunda e contínua estagnação econômica em seguida a uma recessão) de proporções catastróficas.

Após o ajuste, o país precisa retomar a distribuição de renda e o crescimento

econômico. A Argentina está crescendo 5,8% ao ano com um programa econômico do FMI. O Brasil, que atravessa uma recessão indígena, segundo Simonsen, já devia ter recorrido a um acordo de *stand by* com o FMI há muito tempo. O plano Bresser é capaz de normalizar as relações do país com a comunidade financeira internacional. Da mesma forma, Simonsen considera possível reduzir a inflação para 5% nos três meses seguintes ao congelamento. Mas se esta meta possível será atingida, Simonsen diz não saber.

Folha – O Banco Central parece estar sinalizando que vai praticar taxas elevadas de juros. A taxa de rentabilidade da LBC (Letra do Banco Central) dos dois primeiros dias de julho corresponde a juros mensais de 10,5%. Este patamar deve ser reduzido até o final do mês, mas há uma expectativa de que a rentabilidade mensal da LBC de julho ficará em 8%, com o Banco Central projetando preliminarmente a inflação de julho em 5%. Considerando que os preços estão congelados e que a indústria terá que absorver os aumentos, praticados após o congelamento, de 45% na energia elétrica, 32% para o aço e percentuais elevados para derivados de petróleo, que são insumos básicos para a maioria das indústrias, o sr. acha que empresas já endividadas poderão ainda manter sua solvência com uma política de juros altos?

Mário Henrique Simonsen – Se o congelamento fosse por um prazo longo e a prática de juros elevados fosse por um prazo longo, evidentemente isso não seria possível. O que se presume é que o congelamento seja por um prazo curto e que a alta dos juros reais também seja por um prazo curto. Acho que o Banco Central está fazendo uma coisa correta, que é evitar aquela remonetização excessivamente rápida que aconteceu no Plano Cruzado. Obviamente se isso for repetido, o que se vai ter é a reprise de um “filme” já conhecido: o congelamento sucedido por uma explosão.

Folha – Está certo, o congelamento e a política de juros reais elevados são temporárias. Mas nesse período, o governo não está criando uma imensa inflação reprimida, que com o descongelamento poderia levar ...

Simonsen – Depende como esteja a demanda depois do descongelamento, certo? É claro que alguns preços vão subir, outros preços podem baixar. Houve muitas remarcações defensivas antes do congelamento. No nível atual de preços, há muitos preços que estão acima do seu equilíbrio de mercado. Se não houver um grande crescimento da demanda, esses preços terão que baixar ou pelo menos não terão como subir.

Folha – Mas de qualquer forma o aumento da energia elétrica, aço e derivados de petróleo depois do congelamento impôs um aumento de custos que onera o produto apesar da situação de demanda.

Simonsen – Alguns outros preços vão ter que subir, é claro. Os preços de bens que usam insumos que foram aumentados, supondo que não tenham margem de gordura defensiva já nos níveis que foram congelados, é claro que terão que subir mais tarde. Uns poderão subir, outros poderão baixar. Isso vai depender da administração da demanda durante estes três meses e do congelamento. É claro que se

houver um congelamento sem nenhuma contenção da demanda global, ao terminar, repete-se a experiência do Cruzado.

Folha – A demanda já não está bastante reprimida, com a deterioração dos salários nos últimos meses?

Simonsen – A demanda atual já está contida por causa da inflação. No momento que você congela os preços, é preciso ter austeridade monetária para ela continuar contida.

Folha – Do ponto de vista social, essa terapia, que é dolorosa, é suportável pelo tecido social.

Simonsen – Acho que o Brasil tem duas alternativas no momento: o plano Bresser, que certamente significa algum sacrifício, ou pura e simplesmente caminhar para uma depressão, aí realmente, do tipo de proporções catastróficas do ponto de vista social. O importante é notar que o estrago que foi feito pelo Plano Cruzado não tem precedentes. Trouxe uma ilusão de que o mercado interno havia crescido. No ano passado, era um crescimento temporário, investiu-se com base naquilo que era apenas um crescimento temporário. Largaram-se investimentos em exportação. Com isso, a estrutura produtiva no Brasil deformou-se completamente. O Brasil conseguiu após o Plano Cruzado ter, ao mesmo tempo, uma inflação galopante, recessão e insolvência internacional. Isto tudo foi o resultado, como disse o ministro Bresser, no Congresso Nacional, de um plano que começou até bem, mas acabou sendo administrado por critérios oníricos, imaginando que todos os problemas econômicos pudessem ser resolvidos por um decreto-lei. Eu diria sobre o plano Bresser que é ruim com ele, pior sem ele.

Folha – Ele está sendo executado em circunstâncias difíceis?

Simonsen – Está se executando em circunstâncias extremamente difíceis. O ministro Bresser disse que desde 1931 o Brasil não se encontra numa situação econômica tão difícil. Acho que o Bresser foi até modesto. Em 1931, ela não era tão difícil quanto hoje.

Folha – Que resultados então o sr. espera desse plano?

Simonsen – Os resultados vão depender evidentemente da administração do plano. O que se deve esperar é que quando a economia entrar na fase de descongelamento, as taxas de inflação sejam baixas, continuem por volta dos 5% ao mês. Acho que se chegar a esse resultado, com a retomada das exportações, cria-se empregos e, portanto, é um antídoto contra a recessão. Creio que aí a economia poderá entrar de volta nos trilhos.

Folha – A repressão da demanda e do repasse de aumento de custos cria conflito. Houve, por exemplo, o dilema entre os proprietários de ônibus, que aparentemente no Rio estão sem margens de lucro, e foram à Justiça para solicitar aumento de tarifas, e a reação popular contra esse aumento, que deu nesse quebra-quebra da terça-feira no centro do Rio.

Simonsen – É claro que durante um congelamento, não se poderia ter aumentado os preços dos ônibus em 50%, como se tentou fazer. O horizonte desse congelamento é de três meses, no máximo, e não é um congelamento inteiramente rígido. Então haverá tempo para depois fazer os ajustes.

Folha – E a reação popular, como o sr. viu o quebra-quebra que ocorreu no Rio?

Simonsen – O quebra-quebra parece-me que produz dois efeitos: em primeiro lugar, evidentemente, a ação de políticos organizados. Mas é claro que havia um descontentamento popular para levar esse quebra-quebra adiante.

Folha – Que teve uma ressonância enorme.

Simonsen – O quebra-quebra não teria tido ressonância nenhuma se fosse num cantão suíço.

Folha – Então? Quer dizer ...

Simonsen – Que existe um descontentamento popular. Agora, o descontentamento popular não é por causa do plano Bresser, que mal começou. O descontentamento popular é pela desilusão com o Plano Cruzado.

Folha – E o sr. acha que o melhor antídoto contra essa desilusão é a política que está sendo adotada agora?

Simonsen – Eu diria que pode não ser exatamente o melhor, mas pelo menos o plano Bresser aponta na direção da racionalidade.

Folha – Que críticas o sr. tem em relação ao plano Bresser?

Simonsen – Acho em primeiro lugar que o Bresser está fazendo o que pode. Se tivesse que fazer alguma crítica, diria que ainda não corta o déficit público. Ele cortou alguma coisa, mas precisa cortar muito mais, mas inclusive o programa nem está pronto. Os programas de cortes ainda não conseguiram ser completados. Por outro lado, a meu ver, o plano ainda confia um pouco demais nos controles de preços e salários. Afinal de contas, seria o caso de se acreditar menos na eficiência dos controladores e mais na eficiência do mercado. Mas, de qualquer forma, creio que a direção geral é correta e, conseqüentemente, acho melhor adotar esse plano, seguir em frente, do que voltar atrás e aí sim, vamos entrar numa catástrofe de inflação com depressão.

Folha – Como estamos agora? Estamos em recessão?

Simonsen – A economia está em recessão visivelmente. Não é coisa do plano Bresser. Ela já vem em recessão. A recessão vem se aprofundando há alguns meses e não me parece fácil evitar a recessão no momento. Essa recessão não é daquelas que se corrija pura e simplesmente injetando moeda num setor ou aumentando despesas governamentais em outros. É uma recessão que resultou de uma desorganização de todo o aparato produtivo do país.

Folha – Nesse momento, portanto, não seria o caso de adotar algumas medidas de sintonia fina? Ou seja, por exemplo, praticar taxas menores de juros até para estimular um pouco o consumo? Outro dia o Francisco Lopes (que colaborou na elaboração do plano Bresser) me disse que hoje uma recuperação de consumo não se traduziria, do ponto de vista dele, em pressão inflacionária.

Simonsen – O grande problema que você teria adotando medidas de sintonia fina, atualmente, é o risco de você não ter sintonia nenhuma. A errar, é melhor errar no início, pelo lado prudente. O grande desastre do Cruzado começou exatamente com a obsessão de manter os juros baixos, que levou a remonetização excessivamente rápida, logo após o plano, que colocou todo o plano a perder. É

claro que este não foi o único erro. Além da remonetização, houve o déficit público, houve a manutenção por prazo muito longo do congelamento. Mas este foi um erro de base. Se em algum ponto acontecer uma recessão setorial mais grave, então pode-se tomar medidas específicas para aquele setor. O plano não deve ser considerado como um plano estático.

Folha – E a questão da distribuição de renda. Desde o início da transição do regime autoritário para o regime civil houve uma mobilização para se promover a distribuição de renda. Aparentemente, a primeira tentativa de implementar esse projeto foi um pouco desastrosa. Agora, parece que está-se vivendo a ressaca disso, os salários estão baixos. O sr. considera que o Brasil deve ter essa preocupação com distribuição de renda e pode retomar este projeto de forma exequível?

Simonsen – Em primeiro lugar, se o Brasil deve ter preocupação com distribuição de renda, é claro que sim. A distribuição de renda é notadamente má e é preciso ser melhorada. Agora, como é que você pode distribuir renda? As maneiras naturais de distribuir renda são através da política fiscal, do sistema de impostos, que onere mais os ricos e que permita que o governo faça despesas sociais em benefício dos pobres. A tentativa de distribuição de renda pura e simplesmente por decretos, afetando o sistema de preços, acaba dando errado e o Cruzado é uma grande evidência disso.

Folha – Estima-se que o déficit público hoje corresponde a 7% do PIB (Produto Interno Bruto) e parece que há um compromisso do ministro Bresser de reduzi-lo para 3,5% do PIB este ano e 2% do PIB no ano que vem. O déficit público sempre foi a primeira preocupação do FMI. E o governo parece que está procurando aproximar-se do FMI. O sr. acha que, com esse nível de déficit prometido, o Brasil pode negociar um acordo com o FMI.

Simonsen – Não sei. Não posso falar pelo FMI, nem mesmo pelo governo brasileiro. Acho que a preocupação com o déficit público deve ser do Brasil. Porque ele tem que ser financiado por imposto inflacionário, que não é desejável, ou com recursos externos, que não estão disponíveis, ou absorvendo poupanças privadas, que poderiam ser destinadas a investimentos. A forma externa, não é disponível. As duas outras são indesejáveis.

Folha – Qual é a perspectiva para o Brasil, que está em moratória desde fevereiro, de estabelecer uma relação de normalidade com o sistema financeiro internacional?

Simonsen – O plano Bresser busca um caminho nessa direção. O Brasil acabou tendo uma moratória que teve uma inspiração teórica e um resultado completamente diferente. A inspiração teórica era que o objetivo da moratória era fortalecer o mercado interno, não se transferir novos recursos para o exterior e com isso o país poderia consumir mais e investir mais. Na verdade, parou-se as transferências de recursos para o exterior simplesmente porque as reservas acabaram. Na prática, aos invés do consumo e do investimento internos crescerem, ambos decresceram com a explosão do Plano Cruzado. Esta, portanto, foi apenas uma moratória falimentar. Parece que o Bresser está querendo recolocar as coisas nos trilhos e as primeiras medidas foram as desvalorizações cambiais, que estão procurando ativar

a economia pelo lado da exportação. Se os saldos comerciais continuarem perto do USS I bilhão *de* maio, acho que a normalização com a comunidade financeira internacional torna-se viável.

Folha – No momento, entretanto, parece haver muita intransigência. O presidente do Clube de Paris respondeu ao pedido, do ministro Bresser, de prorrogação da rolagem do principal da dívida com agências oficiais com a exigência de que esses pagamentos fossem efetuados a partir de 1.^o de julho, conforme havia sido negociado em janeiro passado. Isso não traduz uma certa intransigência dos credores?

Simonsen – Diria que os credores particulares têm sido extremamente transigentes até. Afinal de contas o Brasil desde fevereiro não paga um dólar de juros, no entanto as linhas de crédito de curto prazo foram mantidas. No caso dos créditos oficiais existem regras. O Brasil fez um acordo em janeiro, presume-se que esse acordo seja para ser cumprido. Existem regras clássicas para os países ilíquidos. Os países ilíquidos com créditos oficiais devem recorrer ao *stand by* do FMI. São as regras do jogo internacional.

Folha – O sr. acha que o Brasil deve recorrer ao *stand by* do FMI?

Simonsen – Já devia ter recorrido há muito tempo. Nós desenvolvemos uma ojeriza ao FMI, em parte porque fizemos programas apenas para atender aos critérios do FMI e não realmente ao país. Mas veja que a Argentina e o México, ambos com programas do FMI, estão crescendo. A Argentina, que era um país estagnado historicamente, está crescendo 5,8% ao ano. Aqui no Brasil estamos com uma recessão indígena. Uma recessão muito mais grave do que qualquer uma que o FMI pudesse causar.

Folha – O que o Brasil deve buscar numa negociação da dívida externa?

Simonsen – Desde que o país tenha um programa econômico consistente, que represente urna vontade política de execução, creio que a negociação internacional tem caminhos novos. Certas ideias, de conversão da dívida em capital, capitalização parcial de juros ou os chamados *exit bons*, que são bônus que permitem bancos saírem do circuito, começaram a ter trânsito internacional. Hoje, provavelmente, numa negociação, em primeiro lugar seria estabelecido que parcela de juros deve ser refinanciada pelo Brasil. Isso estabelecido, o que se daria aos bancos seria a opção não simplesmente de aderir ao pacote, mas de que forma aderir ao pacote.

Folha – O sr. agora afirmou que o Brasil, além de ter um programa consistente, precisa ter disposição ou determinação para executá-lo. Para isso acontecer é necessário que haja uma colaboração da população. O que está se vendo hoje é uma desassociação cada vez mais agravada entre o governo e a população. O sr. acha que o governo em algum momento deve fazer um esforço em buscar a colaboração e a mobilização popular, e, para isso, atender a certas reivindicações da sociedade?

Simonsen – A sociedade brasileira está escaudada pelo desfecho do Plano Cruzado. O Cruzado deu à sociedade brasileira a ilusão de uma prosperidade que não era sustentável. Portanto não há nenhuma surpresa com o fato de a sociedade estar escaudada. O que o governo agora vai ter que fazer é algo mais difícil do que no tempo do Plano Cruzado. Ao decretar o Plano Cruzado, o governo recebeu um

imenso crédito de confiança de toda a população. Desta vez não há como repetir o “filme”. Então o crédito de confiança vai surgir em função dos resultados do plano.

Folha – O país, entretanto, está diante de um período de seis meses em que os salários estarão sendo reajustados muito abaixo da inflação. Primeiro no final de junho, em que o gatilho de 20% não cobrirá a inflação de junho. Depois o congelamento de julho e agosto, em que não haverá qualquer reajuste. E em setembro, outubro e novembro o percentual de reajuste será a média da inflação de julho, agosto e setembro, que certamente será muito menor do que a inflação corrente desses meses.

Simonsen – Bom, o sucesso do plano depende de que a inflação dos três meses seguintes seja mais ou menos semelhante à inflação do congelamento.

Folha – O sr. acha isso possível; diante do aumento de custos que nós já nos referimos?

Simonsen – Na realidade o congelamento no momento não é rígido. Não se está pensando em inflação zero como política de congelamento. Então digamos que a inflação seja de 5% ao mês, nos três meses seguintes. Digo mais, se não for assim, o plano não terá tido nenhum sucesso. O sucesso do plano será conseguir isso.

Folha – E o sr. acha possível?

Simonsen – Possível é, se será conseguido ou não, aí eu não sei.

(Folha de S. Paulo, 5.7.1987)

QUANTO CAMINHAMOS, POR OUTROS CAMINHOS

Décio Garcia Munhoz

Profunda e total contradição. Não só quanto ao conteúdo da ação pragmática, penalizando os mais fracos, como no discurso, desconhecendo os compromissos irrecusáveis que o partido assumiu.

Na gestão da economia o governo consolidou, no fatídico “semestre negro” que passou, e no revezamento 3 x 3 (meses) de Funaro e Bresser, possivelmente o mais severo arrocho salarial que se tem notícia no pós-guerra. O salário-mínimo real, por exemplo – que arrasta praticamente todos os demais salários de empregados não altamente qualificados – havia caído em 24,5% entre setembro-79 / fevereiro-80 e setembro-84 / fevereiro-85 (salário médio real do semestre), como fruto do confisco salarial do período final da Velha República – e isto considerando o poder de compra no final do mês, ou seja, na data da folha de pagamento. Já agora, em dois anos da Nova República, o salário-mínimo real caiu 28% até junho, e em comparação com o valor registrado no início do atual governo. O que significa que o salário-mínimo – como praticamente todos os demais salários – vale hoje perto da metade do que valia no início da década. E especialmente pelo que ocorreu durante a Nova República!

Promoveu-se o retorno da especulação financeira, e conseqüentemente, e por decisão arbitrária e injustificável, foram as taxas de juros elevadas. Criaram-se

tributos extraordinários, na forma de impostos ou compulsórios. Inevitável que a inflação retornasse, “engolindo” os salários, e, pela redução do mercado, gerando a recessão que se vê através das janelas. Afinal se o sistema econômico não funcionasse assim, a acomodação alternativa, diante da ortodoxia econômica praticada desde meados de 1986, teria sido a quebra generalizada de todas as empresas do setor produtivo.

A resposta do governo é simplória: “Os salários não podem ser reajustados pela inflação passada”. O que significa confisco salarial, consolidando a brutal transferência de rendas salariais (e de outros grupos indefesos), para o governo/bancos/aplicadores. E o que diz o programa partidário, interpretando a matemática simples praticada instantaneamente por todas as empresas, e apenas periodicamente pelos assalariados? Diz claramente, e de modo irrefutavelmente acertado que: “... a legislação deve estabelecer que *todos os salários sejam reajustados segundo a elevação do custo de vida*, participando os organismos dos trabalhadores da fiscalização do processo de cálculo dos índices que lhe sirvam de base”. (Grifo nosso)

Lógico, do contrário seria a defesa da perpetuação da miséria. Seria a manutenção do modelo contra o qual o PMDB lutou corajosamente. Seria a negação das próprias origens do partido. Daquilo que personificou a luta contra o tratamento desumano ao qual o regime autoritário procurou submeter a classe trabalhadora.

O confisco salarial praticado no último semestre, como fruto de ter-se antes reintroduzido a ortodoxia elitista na gestão econômica, levou à recessão. E agora se procura utilizar a recessão como instrumento de intimidação da classe trabalhadora, prometendo o paraíso para um futuro incerto, que nunca se materializa – exatamente como se procedia nos velhos tempos, nos tempos da Velha República.

Essa opção é absurda, quando o caminho natural seria a reversão dos juros e dos tributos extraordinários, com isso possibilitando-se a recomposição salarial. Aliás, como o único caminho possível para que o trabalhador retorne ao menos aos níveis salariais que a Nova República encontrou. E como o programa do PMDB claramente fixava como compromissos partidários: “Como premissa de sua política, o PMDB rejeita como mentirosa a teoria segundo a qual, para promover o crescimento da economia é preciso concentrar a renda e adiar a distribuição para um futuro que nunca chega”.

Está claro que a situação agora é muito pior, pois se trata de defesa da distribuição da renda. Luta-se contra uma política espúria, que transfere rendas dos trabalhadores para os agentes da especulação financeira, recorrendo para isso aos mais descabidos sofismas. E para isso se retoma os compromissos que o partido assumiu em praça pública, e que propiciaram o acesso ao poder.

E para evidenciar a firmeza da filosofia que caracterizava um partido marcado pelas lutas contra a injustiça, o programa do PMDB acrescentava mais uma premissa de sua política: “Repele a ideia de que para combater a inflação seja imprescindível levar a economia à recessão, comprimir os salários e aumentar o desemprego”.

As condições da economia brasileira não demonstram incompatibilidade entre possibilidades materiais e aquilo que o partido estabeleceu em seu programa com

o objetivo central confessado de “... erradicar a miséria e assegurar trabalho, dignidade e participação ao povo brasileiro”. Nem conflito real entre as exportações e o aumento do mercado interno existe. A incompatibilidade intransponível se deu quando, abandonando o programa partidário, estabeleceu-se como meta o privilégio ao capital especulativo, em prejuízo dos trabalhadores e pequenos empresários, inviabilizando assim, pela injustificável redução da massa salarial, os investimentos produtivos que permitem o crescimento e a estabilidade econômica e política.

O PMDB tem compromissos assumidos de forma espontânea. Compromissos que, agora no poder, não pode negar. Sob pena de esfacelar-se como partido. Sob pena de, como lembrava há poucos dias o senador Bisol, termos todos participado da maior farsa política da história do Brasil, do maior esbulho, da maior mentira.

E para refrescar a memória deve-se lembrar que essa dívida que se multiplica tem outras assinaturas da promissória vencida. Já que, na formação da Aliança Democrática, com a participação do saudoso presidente Tancredo Neves, o Partido da Frente Liberal compartilhava das propostas que transformariam o país, com a consolidação das instituições democráticas e o desenvolvimento com justiça social. E para isso se assumia publicamente naquele momento compromissos inequívocos de luta, destacando-se o combate à inflação observado “seu caráter prioritariamente social”, as medidas contra a fome e o desemprego, e a “revisão da política salarial, com eliminação do processo de compressão do poder aquisitivo”. Todos somos devedores, portanto.

O ministro Bresser enfrenta, portanto, o desafio maior. Que seria a retomada do caminho que permitiria o reencontro do PMDB com a sociedade. Retornando às suas origens. Reacendendo as esperanças. Afinal há vinte anos passados estávamos em Minas Gerais, em Comissão Parlamentar presidida pelo então deputado Franco Montoro e da qual éramos assessores, ouvindo e apoiando os operários de Monlevade, cujo movimento contra os salários de fome e o desemprego sofria impiedosa repressão. Então a Comissão de Inquérito pedida pelo MDB se traduzia numa chama de esperanças. A certeza de que um dia a justiça social viria. Poderia demorar. Mas um dia se teria o inevitável reencontro.

Hoje podemos, ainda alimentando esperanças para vencer o desalento, dizer com tristeza: Quanto caminhamos ... por caminhos outros!

(Folha de S. Paulo, 11.7.1987)

OS CRUZADOS E A RACIONALIDADE ECONÔMICA

Roberto Castello Branco

O “Plano Bresser” ou “Novo Cruzado” procurou incorporar alguns ingredientes que haviam sido completamente desprezados pelo Plano Cruzado original. Entre estes, se destacam a salutar preocupação com as taxas de juros, o câmbio e o déficit público e a disposição de chegar a um acordo com o FMI e os credores externos, demônios que haviam sido exorcizados em 1986. Não obstante estas dife-

renças, os dois planos comungam o princípio de que os mercados erram sistematicamente, ou, em outras palavras, de que a sociedade age de forma irracional.

Tal concepção está explícita, por exemplo, no próprio diagnóstico da inflação como de natureza inercial. O grave problema desta tese é que ela tem contra si dois poderosos inimigos. O primeiro é a lógica. É difícil crer que, mesmo diante de uma forte queda de vendas provocada por mudanças bruscas nas políticas monetária e fiscal, as empresas continuem a registrar seus preços rigorosamente com base na inflação passada, como supõem os teóricos da inflação inercial. O segundo é a realidade. A economia brasileira em 1986 foi um imenso campo de provas. Eliminou-se todos os mecanismos de indexação que supostamente causavam a inflação inercial. Além disso, o setor externo contribuiu com alguns choques favoráveis (declínio de taxas de juros e do preço do petróleo). No entanto, nada disso evitou que a inflação ressurgisse de forma mais selvagem do que nunca.

O diagnóstico errado produziu a prescrição errada, o congelamento de preços. Ao ignorar a possibilidade de uma reação racional dos mercados, o congelamento constituiu-se de fato em instrumento de desestabilização da atividade econômica. Ao lado de algumas consequências mais diretas, como o desabastecimento e a desorganização da atividade produtiva, duramente provadas pela economia brasileira no ano passado, existem pelo menos três outras, não tão visíveis, mas de gravidade semelhante.

Ao reprimir artificialmente os preços, o congelamento causa discrepâncias entre a inflação percebida pelos indivíduos e a inflação medida pelos índices de preços. Como o Banco Central do Brasil fixa diariamente as taxas de juros “*overnight*” e o câmbio com base na inflação medida, é fácil deduzir que, num ambiente de preços congelados, se possa ter taxas de juros reais negativas e valorização do cruzado frente às moedas internacionais. Desse modo, o congelamento leva indiretamente à desarrumação da política monetária e, paradoxalmente, à produção de pressões inflacionárias, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, ao desestímulo à poupança e flutuações exageradas nos preços dos ativos. Nos primeiros momentos do Plano Cruzado, os preços dos ativos reais (imóveis, commodities, ações etc.) e do dólar paralelo se elevaram vertiginosamente enquanto os juros, tanto em termos nominais quanto reais, eram substancialmente rebaixados. Mais tarde, quando a inflação voltou a se tornar visível, a dramática alta dos juros nominais desvalorizou violentamente os preços daqueles ativos. Um dos resultados dessa ciranda criada pelo Cruzado foi a quebra de centenas de pequenas empresas, que foram atraídas ao endividamento para a formação de estoques.

Apesar das boas intenções do “Plano Bresser” com respeito aos juros, taxas reais negativas já ocorreram em junho passado e poderão se repetir em julho. O Banco Central baseia sua política de juros, como se sabe, no IPC, cujo cálculo foi arbitrariamente distorcido para que o mês de julho registrasse uma variação de preços muito baixa. Acontece que como até mesmo o outro índice calculado pelo IBGE, o INPC, deverá apresentar variação superior ao IPC, as autoridades econômicas arriscam-se a praticar juros reais negativos, a valorizar artificialmente o cruzado e, pior ainda, a cair em descrédito.

Os congelamentos de preços tendem a gerar ciclos inflacionários. Como o mercado acaba percebendo as preferências do Governo quanto à política econômica, ele antecipa o congelamento aumentando os preços o máximo possível, mesmo que não os pratique. Quando há o retorno à liberdade, ocorre uma onda de reajustes, pois as empresas procuram proteger suas margens na expectativa de que o governo decrete novo congelamento. Assim, os choques heterodoxos são antecipados e sucedidos por explosões de preços. Aliás, é errôneo julgar que uma “regra de saída”, como a URP, evite a exacerbação de reajustes ao final do congelamento. Com ou sem Cruzado 2, o *big bang* de preços do fim de 1986 teria acontecido pelo simples fato de que o mercado reage de maneira racional.

O corolário final dos males criados pelo congelamento é a redução das perspectivas de crescimento econômico a longo prazo. Primeiro, porque o investimento privado é um compromisso com o longo prazo. Um governo que congela preços e intervém, através das chamadas “tablitas”, em contratos já firmados forma um clima de incertezas inibidor de investimentos. Segundo, porque um enorme volume de esforços e talento é desviado das atividades produtivas para tentar minimizar os custos da intervenção estatal.

O “Plano Bresser” tem o mérito de ter pelo menos reconhecido que o déficit público se constitui num problema macroeconômico sério. No entanto, peca por acreditar que pode dosar o crescimento calibrando o tamanho do déficit. O raciocínio é que a recessão pode ser evitada e o crescimento retomado com o aumento do déficit. É possível até reativar a economia através da ampliação do déficit. Todavia, como já vimos várias vezes e mais recentemente no Brasil de 1980 e 1986, essa reativação é temporária e a ela se segue a aceleração inflacionária, o desequilíbrio das contas externas e a recessão. No ativismo prometido pelo “Plano Bresser” destaca-se um erro técnico elementar: crescimento econômico é um problema de oferta e não de demanda. Ignorar isso, é, mais uma vez, ignorar a racionalidade econômica.

(Folha de S. Paulo, 12.7.1987)

O PMDB E O PLANO BRESSER

Roberto Giannetti da Fonseca

Até 1985, a luta pelo fim do regime militar e pelo retorno à democracia alimentava esperanças do povo brasileiro e produzia alianças políticas jamais imaginadas em torno da nascente Nova República. O PMDB, apesar de já apresentar sinais de acentuadas contradições internas, sobrevivia unido em torno da causa democrática. Não fosse o Plano Cruzado, que entorpeceu por mais de nove meses o cenário político nacional com suas fantasias populistas, e já no início de 1986 teriam ocorrido dispersões não apenas a nível da Aliança Democrática, mas também a nível interno do PMDB. E não era por outra razão que o saudoso Tancredo Neves não se cansava de repetir a mensagem: “Não vamos nos dispersar”.

Junho de 1987: após a frustração do Plano Cruzado e início dos trabalhos da

tão sonhada Constituinte, não poderíamos estar vivendo um quadro mais melancólico. A crise de liderança, tanto no governo como nos partidos políticos, faz acirrar antigas e adormecidas divergências, e os interesses pessoais acabam se sobrepondo aos verdadeiros interesses do povo e da Nação. A inquietude e o ceticismo passam indistintamente a ser características dominantes em todas as classes sociais.

Eis que, nesse quadro sombrio, surge o Plano Bresser, como um raio de luz, que vem nos devolver um certo grau de realismo e racionalidade na condução da política econômica, mesmo que de início o gosto do Plano seja um pouco amargo, assim como um xarope forte para se curar uma gripe. O Plano Bresser não é uma peça definitiva nem completa para nos livrar do mal da inflação. Mas sua concepção é lógica e nos encaminha para o rumo certo, eliminando pesados subsídios, reduzindo o imprevisível déficit público, contendo a demanda interna a níveis compatíveis com a possibilidade de equilíbrio com a oferta doméstica e de expansão das exportações, desfazendo expectativas de uma hiperinflação já ensaiada nos meses de maio e junho, entre outros fatores.

A polêmica questão salarial, mesmo que grave pelos seus aspectos sociais não pode ser observada por um ângulo imediatista e irrealista, como alguns partidos políticos e facções do PMDB insistem em fazer. Para que se cumpra o objetivo prioritário de se elevar consistentemente o nível de salário real do trabalhador brasileiro, temos que, em primeiro lugar debelar o processo hiperinflacionário a níveis mais toleráveis e, simultaneamente, reverter a recessão econômica que se avizinha de forma aguda, introduzindo o risco de desemprego em larga escala. Somente com a expansão imediata das exportações e consequente utilização de capacidade ociosa, será possível se atingir a obtenção simultânea de ambos os objetivos acima referidos.

A criatividade na ciência econômica está diretamente relacionada com a capacidade de identificar e aplicar soluções técnicas que compatibilizem objetivos conflitantes, mesmo que temporariamente os resultados aparentes não sejam tão otimistas. É neste contexto que entendo o Plano Bresser, como passo preliminar de um projeto macroeconômico maior que poderá nos encaminhar para um desejável período de razoável estabilidade monetária e crescimento econômico. É preciso agora, para não perder o pique, atacar as causas primárias da inflação, aliviar o conflito distributivo que permanece inserido na conjuntura econômico-social, e finalmente encaminhar uma solução corajosa de reestruturação da dívida externa, que leve em consideração um plano de longo prazo, calcado não apenas no aspecto de liquidez em moeda estrangeira mas, principalmente, nos aspectos estruturais da dívida externa em nossa economia e sua interação com os objetivos maiores de controle de inflação e de crescimento econômico.

O que pode prejudicar seriamente o equacionamento de nossa economia é o baixo grau de compreensão econômica do setor xiita dos chamados economistas do PMDB. É preciso dar tempo para que o ministro Bresser-Pereira apresente seu trabalho de forma completa, e daí então se possa tirar conclusões definitivas. Ao se avizinhar a convenção do PMDB começam a se anunciar a apresentação de

fórmulas econômicas alternativas, mágicas e irrealistas, que só interessam à promoção pessoal de seus autores e promotores pela próxima corrida presidencial. O debate ocorrido na semana passada entre o ministro da Fazenda e os constituintes é o prenúncio do grau de divergência que está explodindo no seio do próprio partido, provocada principalmente por aqueles que preferem ficar na confortável posição de críticos e de oposição, do que assumir com responsabilidade e seriedade a difícil tarefa de governar.

Ao PMDB restam dois caminhos, a continuar este clima de divergências internas: ou racha em duas ou mais facções ideológicas, ou amadurece politicamente para sobreviver à sua própria crise de transição na Nova República. Torço seriamente pela segunda alternativa: não vamos nos dispersar.

(Folha de S. Paulo, 17.7.1987)

O CÍRCULO VIRTUOSO

José Serra

O Plano de Consistência Macroeconômica elaborado pelo Ministério da Fazenda proporciona, a meu ver, um bom quadro de referência e para análise das diretrizes da política econômica nos próximos anos. Tecnicamente bem elaborado, tem a vantagem de explicitar com transparência as hipóteses econômicas sobre as quais se baseia, permitindo discutir com mais clareza sobre sua própria viabilidade e seus limites.

O Plano, convém esclarecer, não inclui diagnósticos e diretrizes setoriais e de produção, nem questões de natureza institucional. Preocupa-se fundamentalmente com variáveis e parâmetros macroeconômicos, agregados, do tipo investimento, poupança, consumo, carga tributária, exportações, importações e transferências e realiza simulações mediante certas hipóteses.

Basicamente propõe uma elevação substancial de taxa de investimentos da economia (10% para 24,3% do PIB, em quatro anos), graças a um forte aumento da poupança do governo, que seria hoje negativa (menos 0,5%), enquanto em 1975 era positiva e superior a 4,7%. Esse forte declínio não se deveu a um aumento do consumo do governo em relação ao PIB, nem dos gastos em assistência ou previdência, mas fundamentalmente a dois fatores (como fração do PIB): (a) diminuição da receita tributária bruta de 26,3% para 24%; (b) aumento da despesa com juros da dívida interna, de 0,4% para 3,6%. Esta elevação, por sua vez, deveu-se, principalmente, ao endividamento interno realizado para financiar o pagamento da dívida externa do setor público (compra de dólares dos exportadores), agravado pela subida dos juros externos durante um bom período e, quando medido em cruzados, por várias máximas e mididesvalorizações.

O Plano propõe recuperar gradualmente a capacidade de poupança perdida mediante aumentos de impostos e diminuições dos subsídios, além da contenção do consumo governamental, cujo crescimento deveria ser de 3% real ao ano. Além

disso, com um bom crescimento da economia seria possível conciliar o forte aumento do investimento com uma razoável expansão do consumo privado.

E as hipóteses? As que se referem ao setor externo, são otimistas e realistas. Otimistas quando supõem que as exportações crescerão a 5% real ao ano (dois quintos acima da média mundial), que a taxa de juros (LIBOR) permanecerá estável a 7,5% ao ano, sendo também estáveis as relações de trocas e as remessas de lucros e dividendos. Realistas quanto ao afluxo esperado de financiamento externo. A estratégia de negociação externa, várias vezes indicada por Bresser-Pereira, é correta: na medida do possível, o ajustamento deveria ser feito tomando como dado o crescimento esperado da economia e não a quantidade máxima de crédito externo oferecida pelos bancos. Isto, naturalmente, num contexto de elevação da poupança interna.

Quanto às finanças públicas, o otimismo começa no ponto de partida, quando se imagina diminuir à metade o déficit público projetado para 1987, de 6,7% para 3,5% do PIB. Isto suporia um verdadeiro tratamento de choque, hoje inviável e mesmo de resultados incertos, pelo efeito negativo que acabaria produzindo também nas receitas. Metas mais realistas teriam a meu ver a vantagem da maior credibilidade e de não produzirem decepções mesmo face à resultados razoáveis.

Outras duas condições fundamentais, a primeira já no ponto de partida, são: (a) a estabilidade da taxa de inflação em níveis baixos, sem o que, além dos problemas de financiamento, seriam inevitáveis políticas de esfriamento econômico (comprometendo os níveis de poupança, emprego, consumo e de respaldo político); (b) a sustentação do crescimento, consequência e causa capaz de viabilizar o círculo virtuoso da expansão do consumo e do emprego, com aumento acelerado dos investimentos e das exportações, o saneamento público e a quase prescindência de poupança externa.

(Folha de S. Paulo, 21.7.1987)

